

Inverno, Liliana. 2004. "Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística". In M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro and N. Vázquez Veiga, eds. *Los Criollos de base ibérica*: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 201-213.

## PORTUGUÊS VERNÁCULO DO BRASIL E PORTUGUÊS VERNÁCULO DE ANGOLA: REESTRUTURAÇÃO PARCIAL VS. MUDANÇA LINGUÍSTICA

LILIANA INVERNO  
*Universidade de Coimbra*

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho seguinte constitui um estudo piloto para uma comparação mais detalhada dos factores sociais e linguísticos na origem de duas variedades vernáculas do português, o português vernáculo do Brasil (PVB) e o português vernáculo de Angola (PVA), com o objectivo de procurar entender até que ponto os processos sociais e linguísticos que levaram à formação de cada um dos vernáculos terão sido semelhantes ou diferentes.

Por partilharem várias características estruturais, o PVB e o PVA surgem muitas vezes comparados na literatura sobre as variedades parcialmente reestruturadas do português, parecendo esta apontar para um processo de formação comparável (Gärtner, 2003; Baxter em Mello et al, 1998).

Não se pretende aqui negar a evidência da partilha dessas características (i.e., ao nível da concordância variável de género e número no seio do SN e da concordância variável entre o sujeito e o verbo), nem recusar a importância de futuras investigações do PVA para uma melhor compreensão do PVB. Pretende-se, sim, tentar compreender até que ponto essas características comuns resultam de processos paralelos de formação (i.e., 'reestruturação parcial') e avaliar em que medida a situação sociolinguística nos dois países no período de pós-contacto poderá legitimar ou problematizar essa possibilidade.

### 2. DADOS SOCIOLINGUÍSTICOS

#### 2.1. *Brasil*

O Brasil é o maior país de língua oficial portuguesa. Das 150 línguas ameríndias aí sobreviventes, apenas uma pequena percentagem dos seus falantes será completamente unilingue nas mesmas (Asher, 1994:397), pelo que, contrariamente a Angola, a generalidade da população fala efectivamente português, na sua forma padrão ou vernácula (i.e., PVB). Sobre a última me debruçarei aqui.

No seguimento de Holm (1989, 2000, no prelo), Baxter (1994) e Mello (1997), tomá-la-ei como resultado de um processo de 'reestruturação parcial', consequência de 'transmissão linguística irregular' (Lucchesi, 2000) motivada pelo contacto entre o português e as línguas ameríndias e africanas com que este coexistiu no espaço brasileiro. É, essencialmente, a

história sociolinguística do país que permite avançar esta classificação. Dessa história me ocuparei em seguida, focando apenas os aspectos mais relevantes para a compreensão da sincronia do PVB, i.e., os que permitem mostrar que a situação sociolinguística no Brasil foi, desde os primeiros momentos de colonização, substancialmente diferente da de Angola.

Chegados ao Brasil em 1500, os portugueses rapidamente subjugarão e aculturaram os nativos aí encontrados. Não houve, portanto, a oposição nativa à colonização portuguesa verificada em Angola. Os portugueses puderam assumir-se desde logo como colonizadores e não como parceiros comerciais e iniciou-se de imediato a exploração efectiva do território pelos próprios portugueses, com a ajuda dos nativos. Linguisticamente, predominariam até ao século XVIII, entre portugueses, nativos e seus descendentes, as línguas gerais de base tupi-guarani e não o português, numa situação de monolinguismo maioritário (Igna Rodrigues, 1996).

Esta situação seria alterada pela chegada de um grande número de escravos africanos, a partir do século XVI, e de portugueses, a partir do século XIX.

Até ao início do século XIX a maioria da população foi constituída por escravos africanos. Falantes de diversas línguas africanas, nem todas mutuamente inteligíveis, e com um acesso muito restrito ao português terão inicialmente aprendido a língua geral ou utilizado línguas francas africanas, dispensando a criação de uma variedade reestruturada do mesmo (Lucchesi, 2000:45). Porém, o predomínio de africanos nas regiões de plantações, o desaparecimento gradual da população nativa, o facto de muitos provirem de regiões onde crioulos portugueses se haviam formado e a sobrevivência de variedades reestruturadas do português em comunidades negras isoladas, e.x.:, língua dos Pretos Velhos (Bonvini, 2000), leva a crer que a sua presença no Brasil se tenha traduzido na criação de uma variedade reestruturada do português, resultante de um processo de ‘transmissão linguística irregular’, que estará na origem da variedade sincrónica do PVB e difundida por todo o Brasil devido à penetração africana no interior aquando da descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVIII e da abolição da escravatura em 1888 (Holm 1989, 2000, no prelo; Lucchesi, 2000).

Por oposição ao que aconteceu em Angola, os portugueses chegaram em números significativos ao Brasil, constituindo a maioria da população no século XIX devido à mudança da corte portuguesa para a colónia em 1808 e à abolição da escravatura. Os portugueses terão então adoptado algumas características desse português reestruturado.

Em suma, do século XVI ao século XIX, à excepção dos “modestos núcleos urbanos”, onde se cultivava a língua importada de Portugal, o Brasil foi uma “sociedade predominantemente rural” onde, devido à coexistência de africanos, nativos e mestiços, o português “passava por drásticas alterações” (Lucchesi, 2000:34).

## 2.2. *Angola*

Pela vastidão territorial, Angola é o segundo maior país de língua oficial portuguesa. A realidade linguística do país é, porém, bem diferente da brasileira. A população, maioritariamente concentrada nas maiores cidades costeiras, tem como língua materna uma ou mais das 40 línguas banto existentes no país. As mais significativas são o umbundo (4 000 000), o quimbundo (3 000 000) e o quicongo (1 144 000 falantes), resumindo-se o português como língua materna a apenas 57 600 falantes, maioritariamente elites e jovens dos centros urbanos do litoral, numa população total de 12 479 000 de habitantes (Grimes, 1988; Asher, 1994:127). O português é a língua veicular, língua da administração, comunicação social e ensino, mas a identidade nacional é preenchida pelas línguas africanas (Asher, 1994:1032; Ançã, 2000:1032).

Em suma, contrariamente ao PVB, quando se fala em PVA falamos, não da língua de todo um país, mas de uma língua falada por classes sociais específicas (i.e., elites instruídas e

camadas jovens), em regiões geográficas determinadas (i.e., centros urbanos costeiros), numa situação de nítida diglossia. Historicamente, vários factores determinaram esta situação. Desses me ocuparei em seguida.

O primeiro factor a ter em conta é a situação sociolinguística vivida na costa de Angola, onde os portugueses chegaram pela primeira vez em 1484, encontrando reinos densamente povoados (i.e., Congo, Loando e Tio), económica e politicamente muito estruturados e hierarquizados e falantes de línguas próprias, essencialmente de origem banto (Colson, 1981:31).

Os portugueses começaram, assim, por ser, não colonizadores, mas parceiros no tráfico de escravos e marfim, fixando-se por isso no litoral do reino do Congo. Em 1576, porém, depois de várias lutas com outras potências coloniais e reinos africanos pelo controlo total das riquezas da região, conquistam Loando, estabelecem a colónia de Angola e ocupam grande parte do reino do Congo (Ogot, 1999:278).

O domínio político português nessas fortificações litorais era garantido, não pelos portugueses, cuja presença em termos numéricos nunca foi significativa (Russel-Wood, 1992:60-61), mas por uma elite de afro-portugueses, resultado da miscigenação elevada entre europeus e mulheres da nobreza angolana (Chatelain, 2001:14), que, pela sua condição social, “defenderia, de princípio, os interesses do país colonizador” (Venâncio, 1996:51). Bilingues no português de seus pais e nas línguas banto de suas mães, os afro-portugueses viriam a ocupar, nos centros urbanos, elevados postos na função pública e a actuar, no interior, como recrutadores de escravos, garantes de rotas comerciais e apaziguadores de chefes africanos revoltados (Venâncio, 1996:51).

O segundo factor a ter em conta prende-se com o facto de a maioria da população ter sido sempre constituída por africanos. Venâncio (1996), analisando a constituição demográfica de Luanda no século XVIII, é claro em afirmar que ao todo os africanos constituíam 63,5% da população total, os euroafricanos 17,1% e os europeus 14,6%.

Contrariamente a outras colónias portuguesas, em Angola, esta maioria populacional africana não se terá traduzido na criação de um pidgin ou outra variedade reestruturada do português, pois o desenraizamento desta população não seria suficiente para impedir a inteligibilidade entre os falantes, nem o tempo que permanecia nas cidades o suficiente para o desenvolvimento de tal variedade. Para além disso, o bilinguismo generalizado, com maior ou menor proficiência, de portugueses (por influência das suas companheiras africanas), afro-portugueses, missionários e degredados portugueses em línguas banto e português, dispensava a aprendizagem do mesmo e a sua consequente reestruturação.

Assim, contrariamente ao que afirma Perl (1985:372), não estariam reunidas em Angola as condições necessárias para a formação de um pidgin português que estaria na origem da variedade actual do PVA, não só pelo bilinguismo dos portugueses e seus descendentes, mas também pelo facto de o acesso à língua portuguesa, contrariamente ao que aconteceu noutras colónias onde se desenvolveram pidgins, crioulos ou vernáculos parcialmente reestruturados, não ter nunca estado completamente vedado aos africanos. Na verdade, a aculturação destes à cultura e língua portuguesas foi bastante incrementada no século XVIII, quer pela coexistência nas zonas habitadas pelos escravos de uma percentagem elevada de afro-portugueses, degredados e missionários portugueses (Venâncio, 1996:40), quer pelo domínio do comércio negreiro em Angola, até ao século XVIII, por comerciantes brasileiros (Ogot, 1999:280), quer pelo decréscimo no número de escravos nos principais centros comerciais de Angola a partir do final do século XIX, aumentando assim a presença portuguesa nessas áreas (Carreira, 1978; Venâncio, 1996:47).

Angola seria, então, um conjunto de ilhas linguísticas mediadas pelo bilinguismo dos afro-portugueses e portugueses em línguas banto e português. Terão ocorrido, porém, interferências mútuas entre o português e as línguas banto aí faladas, especialmente na

periferia das cidades litorâneas (i.e., *musseques*), justificando, assim, as referências na literatura ao ‘mestiço’ de Luanda (Schuchardt, 1888:249) e ao ‘pequeno português’ (Valdman, 1978:22) dos principais centros urbanos de Angola.

Shuchardt (1888:249) define o ‘mestiço’ como sendo composto “de palavras portuguesas acomodadas ao genio do bundo”, o que leva a crer que essa interferência mútua se terá limitado a um processo de ‘empréstimo estrutural moderado’, o qual, segundo Thomason & Kaufman (1988:37), não só “apparently requires extensive bilingualism among borrowing-language speakers over a considerable period of time”, mas implica também a manutenção da língua materna dos falantes envolvidos na situação de empréstimo.

O terceiro factor relevante para a compreensão da génese do PVA prende-se com a lenta e penosa expansão do domínio político português e consequente diminuta área de difusão da língua. Contrariamente ao que aconteceu no Brasil, o domínio português em Angola limitou-se, até início do século XX, à faixa costeira ocidental, constituindo Malange “the farthest inland settlement of the Portuguese” (Chatelain, 2001:v). O interior do país era “a recent accession and still unoccupied (...) not yet administered by the Portuguese” (Chatelain, 2001:5). Esta situação permitiu, por um lado, que o interior permanecesse, em termos linguísticos, praticamente imune à presença portuguesa e, por outro, que o português coexistisse lado a lado com as línguas banto nas cidades costeiras.

Esta situação sociolinguística manter-se-ia praticamente imutável até à primeira metade do século XX, em grande parte devido à resistência de comunidades angolanas organizadas à presença portuguesa, à inospitalidade do interior Angolano, a uma administração portuguesa incipiente até ao século XIX (Gann & Duignan, 1981:9), ao falhanço das diversas políticas de colonização do interior (i.e., estabelecimento de colonatos penais no interior do país nas décadas de 80 e 90 do século XIX e colonização dirigida ou planificada já no século XX), ao atraso na construção de redes viárias e ferroviárias no interior, à preferência dos portugueses pelo Brasil como destino de emigração e à preferência dos emigrantes portugueses em Angola pelas zonas urbanas em detrimento das zonas rurais (Bender, 1980). Ou seja, o português em Angola, em pleno século XX, continuava a restringir-se aos grandes centros urbanos do litoral e suas elites instruídas.

As bases sincrónicas do PVA situam-se, assim, não num eventual pidgin dos primeiros tempos da colonização, mas no século XX, porque foi nesse período que, pela primeira vez em quase 400 anos de colonização, os portugueses conseguiram explorar o interior do país e constituir a maioria da população nos centros urbanos do litoral (Bender, 1980).

Beneficiando do final das guerras de pacificação e da aplicação de uma série de projectos de colonização do interior que, embora falhados, permitiram aí uma maior penetração do português devido ao sistema de trabalho forçado e expropriação de terras que acarretaram, os portugueses, chegados em grande número, incluindo muitas mulheres, o que inibia a miscenização que caracterizara os séculos anteriores, fixar-se-iam nas principais cidades costeiras. Aí viriam a ocupar os postos na função pública, economia e política anteriormente ocupados pelos afro-portugueses e a instaurar um clima de discriminação e repressão tais que fariam do domínio da língua portuguesa condição *sine qua non* para qualquer possibilidade de ascensão social e escape ao regime de trabalho forçado.

Durante o Estado Novo, para ser reconhecido como ‘assimilado’, um angolano teria de “...demonstrar saber ler, escrever e falar português fluentemente ... comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses e manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida europeu” (Bender, 1980:216). Não chegava uma variedade reestruturada do português. Era preciso o domínio perfeito da língua. Contudo, o acesso à educação era praticamente vedado à generalidade dos angolanos. A única solução, era, pois, aprender o português por sua própria conta.

Estavam, pois, reunidas em Angola, na primeira metade do século XX, as condições para um processo de mudança linguística com influência de substrato, o qual, conjuntamente com o ‘empréstimo estrutural moderado’ que a antecederá, estará na gênese da sincronia do PVA (i.e., ambos os grupo envolvidos no processo de mudança eram, pelo menos, parcialmente bilingues em português e línguas banto; o processo de mudança terá sido iniciado pelo grupo em mudança e não pelos falantes da língua alvo; verifica-se influência de substrato no PVA ao nível das características marcadas da língua alvo) (Thomason & Kaufman, 1988).

Por ser recente e restrito social e geograficamente, este processo não estará ainda concluído, o que permite explicar, não só a menor estabilidade no PVA dos dados linguísticos que a seguir se analisarão, mas também a manutenção das línguas banto como línguas maternas da generalidade da população.

### 3. DADOS LINGUÍSTICOS

#### 3.1. *Concordância Variável de Número no Sintagma Nominal (SN)*

O português europeu (PE) exige a concordância de número do núcleo do SN com todos os seus determinantes através de uma desinência final:

(1) PE: *Hoje houve muitas comunicações*

O PVB e o PVA nem sempre apresentam esta concordância:

(2) PVB: *Boas tarde-∅* (Mello, 1997:115)

(3) PVA: *vir à Mutamba para estar em contacto com outras criança∅*  
(Instituto Camões, 2001)

Baxter (Mello et al., 1998) explica este fenómeno como resultado da convergência da posição no SN do elemento marcado, recebendo normalmente marcação o elemento mais à esquerda; da existência ou não no SN de determinantes; de uma tendência interna do PE dos séculos XV-XVI, mas principalmente da influência de substrato.

De facto, esta característica estrutural do PVB e PVA encontra paralelos na estrutura das línguas banto faladas pelos escravos angolanos enviados para o Brasil e ainda hoje línguas maternas da maioria dos angolanos (i.e., quimbundo, umbundo e quicongo). Nelas a concordância de número no SN é actualizada através de prefixos. O núcleo do SN é constituído pela forma invariável do nome (singular ou plural) precedida por um prefixo variável (Marques, 1985:118):

	Quimbundo:	Umbundo:	Quicongo:
(4) Singular	<i>nguma</i> (inimigo)	<i>uti</i> (árvore)	<i>salu</i> (trabalho)
(5) Plural	<i>junguma</i> (inimigos)	<i>oviti</i> (árvores)	<i>bisalu</i> (trabalhos) (Marques, 1985:221)

Na aprendizagem do português, o substantivo terá sido interpretado como invariável e os elementos não nucleares do SN como equivalentes dos prefixos variáveis do banto, razão pela qual, no PVB e PVA, se faz a marcação de número nesses elementos e não no núcleo do SN (Marques, 1985:218; Gärtner, 2003).

A análise dos contos banto presentes em Chatelain (2001) parece comprovar esta hipótese, na medida em que é possível encontrar várias palavras portuguesas acompanhadas de marcadores de plural quimbundo (ainda que nem sempre acompanhadas do respectivo marcador de singular), como ilustra a Tabela 1:

Tabela 1

Português	Quimbundo	
	Singular	Plural
inglês	<i>ki-ngeleji</i>	<i>i-ngeleji</i>
português	<i>pultukeji</i>	<i>ji-pultukeji</i>
americano	<i>melekanu</i>	<i>a-melekanu</i> ou <i>ji-melekanu</i>
moça	<i>mosa</i>	<i>ji-mosa</i>
mesa	<i>ku-meza</i>	<i>ji-mesa</i>
soldado	<i>di-soladi</i>	<i>ma-soladi</i>
leitão	<i>di-letá</i>	<i>ma-letá</i>

Porém, no PVB e PVA, nem sempre o núcleo do SN não recebe a marcação de número. No PVB, por exemplo, o núcleo do SN, contrariamente ao que acontece em banto, recebe, por vezes, a marcação de número.

(6) PVB: *Boas tarde*∅ (Mello, 1997:115) vs. *Tardes boa*∅ (Mello, 1997:116)

A resposta parece residir novamente na morfologia e sintaxe banto. Nestas línguas há uma sequência neutra de ocorrência dos elementos no SN, i.e., primeiro os determinantes e depois o núcleo do SN. Contudo, é possível alterar esta sequência colocando um dos determinantes na posição mais à direita do SN, tornando-se, assim, este o elemento mais proeminente. Poder-se-ia, assim, explicar por que razão em (6) o elemento não nuclear recebe a marcação em *boas tarde*, mas não em *tardes boa* (Asher, 1994:306).

Durante a investigação para este estudo não foi possível estabelecer um paralelo entre a variação desta concordância e este último aspecto estrutural das línguas banto, contudo, essa relação não parece de descartar, principalmente porque o fenómeno referido em (6) não consta na literatura consultada sobre o PVA. Asher reitera esta convicção ao afirmar que “variation in sequence of items has sometimes been noted but has not been systematically studied” (Asher, 1994:306).

### 3.2. Concordância Variável de Género no Sintagma Nominal (SN)

O PE exige também o estabelecimento de concordância entre o género do núcleo do SN e o de todos os seus determinantes através de uma desinência final.

(7) PE: *Alguns angolanos falam português*

Nem o PVB nem o PVA actualizam sempre essa concordância, usando muitas vezes a forma masculina dos determinantes para um núcleo feminino do SN :

(8) PVB: *esse gente* (Mello, 1997:119)

(9) PVB: *minha boio* (Mello, 1997:120)

(10) PVA: *no mesmo barriga* (Mendes, 1985:149)

(11) PVA: *autoridades administrativas e da Saúde honestos* (Laban, 1982:64)

Para Baxter (Mello et al., 1998:118), esta variação resulta de condicionalismos impostos pela função sintáctica e configuração interna do SN e da natureza morfológica do núcleo do mesmo. A estrutura linguística de que parte parece ser o português, porém, a variação da concordância de género no SN parece ser mais bem compreendida à luz da análise da estrutura das línguas banto, as quais não apresentam distinção morfológica entre masculino e feminino nos substantivos (Asher, 1994:305). A distinção de género é feita pela inclusão destes em diferentes classes, consoante os traços semânticos das entidades que designam ou os prefixos que requerem. Contudo, este sistema de género vai além da mera distinção entre masculino/feminino, contemplando classificações como humano, animal, planta, partes pares do corpo, abstracto, líquido “and others which are less transparent” (Heine & Nurse, 2000:13).

Um estudo mais aprofundado das classes nominais banto e da sua relação com a concordância variável de género nas variedades vernáculas do português parece merecer, assim, um maior estudo para uma melhor compreensão deste fenómeno.

### 3.3. *Concordância Sujeito/Verbo*

O PE exige a concordância em pessoa e número entre o sujeito e o verbo em todos os seus tempos e na maioria dos modos, através da junção de desinências de pessoa/número ao radical do mesmo. Existem seis pessoas gramaticais em português expressas pelo verbo, três de singular e três de plural.

No PVB e PVA, essa concordância nem sempre é actualizada, havendo tendência para a redução das desinências pessoa/número (Laban, 1982; Mello, 1997; Baxter em Mello et al., 1998; Holm, no prelo). Em algumas variedades do PVB existe apenas uma desinência verbal de pessoa/número usada indistintamente para todas as outras pessoas/número:

(12) PVB: *nós fala caldo. Nós não falava sopa, falava caldo de frango*  
(Rodrigues, 1974:200)

(13) PVB: *eu sabe fazer isso* (Mello, 1997:125)

Este fenómeno poder-se-á dever à actuação de regras fonológicas de desnasalização do –m de 3.<sup>a</sup> pessoa do plural e perda do –s das 2.<sup>as</sup> pessoas do singular e plural, à derivação da forma verbal de 2.<sup>a</sup> pessoa do imperativo do verbo no português (Holm, no prelo) ou de regras de aquisição do português brasileiro como primeira língua, sendo que numa fase inicial dessa aquisição as desinências de 2.<sup>a</sup>/3.<sup>a</sup> pessoas do singular são utilizadas com todas as pessoas/números (Baxter em Mello et al., 1998:125).

Todavia a tendência parece ser para a adopção de um sistema com duas desinências verbais pessoa/número: a de 1.<sup>a</sup> pessoa do singular e a de 2.<sup>a</sup>/3.<sup>a</sup> pessoa do singular para as restantes pessoas/números (e.x.:, Helvécia). Baxter (Mello et al., 1998) propõe que a incorporação da 1.<sup>a</sup> pessoa no sistema verbal dessa variedade do PB se deva à necessidade de eliminar ambiguidade em casos de apagamento do sujeito lexical.

Relativamente ao PVA não existem ainda estudos aprofundados sobre os motivos desta variação (Gärtner, 2003), limitando-se a literatura a apontar a sua ocorrência:

(14) PVA: *chegava ao posto sanitário os tios da Luciana* (Laban, 1982:64)

(15) PVA: *Eu quando veio aqui era pequeno* (Laban, 1982:64)

A minha análise de gravações de angolanos realizadas pelo Instituto Camões em Portugal permitiu também encontrar indícios desta variação de concordância, embora o fenómeno pareça não ser tão consistente e involuntário como no PVB:

(16) PVA:... *uma ou duas crianças [...] está, portanto, estão, estão cá no Palanca e o restante já foram encaminhadas para a família...*(Instituto Camões, 2001)

Marques (1985) e Gärtner (2003) apresentam para esta variação uma explicação substratista, justificando-a com a inexistência de desinências verbais finais em banto, limitando-se os seus falantes, na aprendizagem do português, a repetir as formas mais frequentes do mesmo (Marques, 1985:220). Acrescentam que, sendo em banto este tipo de concordância estabelecido, não entre o sujeito e o verbo, mas entre o sujeito e um prefixo verbal (Heine & Nurse, 2000:201), os falantes terão identificado os pronomes do português com os seus prefixos, não notando a existência de concordância entre esse pronome e as desinências finais do verbo (Gärtner, 2003; Marques, 1985).

#### 4. CONCLUSÃO

O PVB e o PVA partilham importantes características estruturais ao nível da concordância variável de número e género no seio do SN, bem como entre o sujeito e o verbo. Em função dessas características o PVB e o PVA têm vindo a ser comparados na literatura relativa às variedades reestruturadas do português, parecendo esta apontar para um processo de formação comparável i.e., ‘reestruturação parcial’. Os dados sociais e linguísticos disponíveis na literatura para as duas variedades, parecem, contudo, problematizar esta possibilidade.

Efectivamente, os fenómenos de concordância variável analisados neste trabalho, embora presentes nas duas variedades devido à influência do substrato banto, apresentam, contudo, uma menor estabilidade/cristalização no PVA, parecendo, assim, apontar para uma formação mais recente desta variedade. Tornam-se, pois, necessários estudos mais aprofundados da morfossintaxe banto que permitam compreender em que moldes a influência de substrato se terá processado e que relação estabelece com os padrões de variabilidade ao nível da concordância de número, género e sujeito/verbo.

A história sociolinguística dos dois países reitera também a possibilidade de uma formação mais recente para o PVA. Efectivamente, enquanto que no Brasil estiveram reunidas, desde o primeiro período de colonização, as condições necessárias para uma reestruturação parcial do português em áreas isoladas e posteriormente difundida por todo o país, o que ocorreu em Angola, devido à restrição da colonização portuguesa, até ao século XX, às zonas urbanas costeiras, ao elevado nível de bilinguismo e manutenção das línguas banto como línguas maternas da generalidade da população, foi a convergência de um empréstimo lexical massivo para as línguas de substrato e uma mudança posterior para o português como uma das diversas primeiras línguas dos falantes nas áreas urbanas costeiras.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANÇÃ, Maria Helena. 2000. “Conhecimentos em português-língua segunda – Cabo Verde e Angola”. Em Carlos Reis (coord.), *Didáctica da língua e da literatura - Actas do V Congresso Internacional de Didáctica da Língua e da Literatura*, vol. I, 1031-1042. Coimbra: Almedina.
- ASHER, R.E. (ed.) 1994. *The encyclopedia of language and linguistics*, vol. I. Oxford / New York / Seoul / Tokyo: Pergamon Press.

- BENDER, Gerald. 1980. *Angola sob domínio português – mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- BONVINI, Emilio. 2000. “La Langue des ‘Pretos Velhos’ au Brésil un créole à base portugaise d’origine africaine?”. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, t. XCV, fasc. 1, 389-416.
- CARREIRA, António. 1979. “Portuguese research on the slave trade”. Em UNESCO (ed.), *The African slave trade from the fifteenth to the nineteenth century. Reports and papers of the meeting of experts organized by UNESCO at Port-on-Prince, Haiti, 1978*, 251-264.
- CHATELAIN, Heli. 2001. *Folk-Tales of Angola: Fifty tales, with Ki-mbundu text literal English translation*. Honolulu: Hawaii: University Press of the Pacific.
- COLSON, Elizabeth (1981). “African society at the time of the scramble”. Em L.H. Gann & Peter Duignan (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, 27-65. London: CUP.
- GANN, L.H. & Peter DUIGNAN. 1981. “Introduction”. Em L.H. Gann & Peter Duignan (eds.), *Colonialism in Africa 1870-1960*, 1-26. London: CUP.
- GÄRTNER, Eberhard. 2003. *Particularidades morfo-sintáticas do português não-padrão do Brasil, de Angola e de Moçambique*. Comunicação apresentada no âmbito do Mestrado em Linguística Geral da FLUC. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- GRIMES, Barbara (ed.). 1988. *Ethnologue – Languages of the world*. Dallas: Texas: Summer Institute of Linguistics, Inc (11<sup>th</sup> ed.).
- HEINE, Bernd & Derek NURSE (eds.). 2000. *African languages: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLM, John. 1988-1989. *Pidgins and creoles*. Vols. 1 & 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2000. *An Introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . No prelo. *Languages in contact: The partial restructuring of vernaculars*. Cambridge: Cambridge University Press.
- IGNA RODRIGUES, Aryon Dall’. 1996. “As línguas gerais sul-americanas”. *Papia*, 4(2). Descarregado a 28 de Novembro de 2003 da base de dados de Volumes Publicados da revista *Papia*. URL: <http://www.unb.br/il/liv/public/>
- INSTITUTO CAMÕES. 2001. *Português falado - Documentos falados autênticos – Gravações audio com transcrição alinhada*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – Instituto Camões (CD III).
- LABAN, Michel. 1982. Angola: le témoignage de Uanhenga Xitu. *Bulletin des Études Portugaise et Brésilienne*, 42-43, 45-68.
- LUCCHESI, Dante. 2000. *A variação na concordância de género em uma comunidade de fala afro-brasileira*. Tese de Doutorado não publicada. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARQUES, Irene Guerra. 1985. “Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola”. Em Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ed.), *Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*. 205-224. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MELLO, Heliana Ribeiro de. 1997. *The genesis and development of Brazilian Vernacular Portuguese*. Ann Arbor: City University of New York / University Microfilms International.
- MELLO, Heliana; Alan BAXTER; John HOLM & William MEGENNEY. 1998. “O português vernáculo do Brasil”. Em Matthias Pearl & Armin Schwegler (eds.), *América negra – Panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*, 71-173. Frankfurt-am-Main: Vervuert / Madrid: Iberoamericana.
- MENDES, Beatriz Correia. 1985. *Contributo para o estudo da língua portuguesa em Angola*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa.

- OGOT, B. A. 1999. "The Kongo kingdom and its neighbours". Em B.A. Ogot (ed.), *A general history of Africa: Africa from the sixteenth to the eighteenth centuries*, 273-289. California: University of California Press.
- PERL, Matthias. 1985. "Algunos resultados de la comparación de fenómenos morfossintácticos del 'habla bozal', de la 'linguagem dos musseques', del 'palenquero' e de lenguas criollas de base portuguesa". Em *Estudios sobre el español de América y lingüística afroamericana* (ponencias presentadas en el 45 Congreso Internacional de Americanistas), 369-380. Bogota: Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo.
- RODRIGUES, Ada Natal. 1974. *O dialecto caipira na região de Paracicaba*, São Paulo: Editora Ática.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. 1992. *A world on the move - The Portuguese in Africa, Asia and America 1415-1808*. New York: St. Martin's Press.
- SCHUCHARDT, H. 1888. Beiträge zur Kenntnis des kreolischen Romanischen I. Allgemeineres über das Negerportugiesische. *Zeitschrift für romanische Philologie* 12:242-254.
- THOMASON, Sarah Grey & Terrence KAUFMAN. 1988. *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley: University of California Press.
- VALDMAN, A. 1978. *Le créole: structure, statut et origine*. Paris: Klincksieck.
- VENÂNCIO, José Carlos. 1996. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.